

# O DETERMINISMO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO BRASILEIRO

*The environmental determinism in the  
formation of an authoritarian political  
thought in Brazil*

Luis Lopes DINIZ FILHO\*

## RESUMO

Este artigo investiga o papel intelectual e ideológico que o determinismo ambiental compôs na formação de um pensamento político autoritário brasileiro no período que vai do final do século XIX até o término da ditadura do Estado Novo. Destaca portanto a forma como os intelectuais autoritários relacionavam os atributos físicos do território com a ideologia do destino nacional e as funções cognoscíveis que o determinismo desempenhou enquanto ferramenta para a análise dos problemas nacionais e na formulação de "soluções" para os mesmos.

*Palavras-chave:* pensamento geográfico, nacionalismo, autoritarismo, Brasil.

## ABSTRACT

This work investigates the intellectual and ideological role played by determinism on an authoritarian political thought in Brazil during the period that extends from the end of the 19th century to the demise of the dictatorship of the "Estado Novo". It highlights the ways by which the authoritarian intellectuals related the physical features of the land to the ideology of the national fate; and explores the cognoscible functions performed by determinism, as a tool for the analysis of the national problems and in the formulation of "solutions" for them.

*Key-words:* nationalism, ideology, determinism, Brazil.

\* Professor Adjunto do Departamento de Geografia – UFPR, Mestre e Doutor em Geografia Humana - USP

## APRESENTAÇÃO

Uma das representações mais comuns acerca do povo brasileiro é aquela segundo a qual este seria por definição pacífico, avesso a conflitos e preconceitos raciais. De outro lado, já se tornou uma tradição nos estudos acerca da sociedade e da cultura brasileiras a tese de que essa visão é na verdade misticadora, na medida em que a história do Estado nacional brasileiro é, pelo próprio caráter do processo colonizador que lhe deu origem, marcada por inúmeras formas de violência e expropriação, reveladas pelo escravismo, pelo genocídio de populações indígenas, pelo autoritarismo político etc.

Mas, em que peso a recorrência com que os cientistas sociais e historiadores reforçam e aprofundam a análise crítica dos mitos mais arraigados sobre a nacionalidade brasileira, há um aspecto da construção desses mitos que nem sempre é devidamente destacado pelos especialistas, qual seja, a influência que os discursos exerceram sobre o território, freqüentemente legitimados pela assimilação da própria Geografia acadêmica europeia, jogados no cenário político-ideológico nacional. Nesse contexto, o presente artigo procura contribuir com essa discussão analisando o papel que o determinismo ambiental desempenhou na formação de um pensamento político autoritário no período de consolidação do Estado nacional brasileiro, que pode ser situado aproximadamente entre o último quartel do século XIX – quando se desenvolveu aquela matriz de pensamento – e o final da ditadura do Estado Novo – regime sob o qual a influência política dos pensadores autoritários atingiu o ápice.

Antes de dar início a essa investigação, todavia, faz-se necessário selecionar, dentro do grande contingente de pensadores autoritários da época, alguns que possam ser apontados como os mais relevantes dentro dessa matriz de pensamento, ponderando tanto a repercussão intelectual de suas respectivas obras quanto a influência política que lograram exercer durante o Estado Novo. Com base nesses critérios, foram escolhidos três autores entre os expoentes dos intelectuais autoritários da primeira metade do século XX e que desenvolveram uma ação que, para além da produção ideológica, contribuiu para a edificação e preservação desse regime

também do ponto de vista político e jurídico-institucional:<sup>1</sup> Cassiano Ricardo, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna.

Filho de pequenos agricultores do estado de São Paulo, Cassiano Ricardo (1895-1974) foi poeta, ensaísta e jornalista, bem como um dos líderes da reforma literária iniciada na Semana de Arte Moderna, tendo participado de movimentos como Anfa, Verde-Amarelo e Bandeira. Foi também um dos mais destacados pensadores autoritários do Brasil da Primeira República. Durante o Estado Novo, colaborou diretamente com o regime, na qualidade de chefe do DEIP de São Paulo (Departamento Estadual de Propaganda, órgão subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda) e como diretor do jornal *A Manhã*, que pertencia ao governo federal.

Azevedo Amaral (1881-1942) era filho do empreiteiro Angelo Tomaz do Amaral, que se tornou notório por ter participado da experiência de modernização levada a cabo pelo Barão de Mauá. Formou-se em medicina, mas preferiu seguir a carreira jornalística, tendo sido correspondente de diversos jornais brasileiros na Inglaterra entre 1906 e 1916. Embora nunca tenha feito parte da máquina oficial, é apontado como um dos principais ideólogos do Estado Novo, sendo que a revista *Novas Diretrizes*, da qual foi diretor, buscava explicitamente defender a nova ordem política estabelecida em 1937.

Oliveira Vianna (1883-1951) nasceu em Saquarema, cidade do interior do Rio de Janeiro, mas viveu e educou-se na capital fluminense. Formado em direito, exerceu o jornalismo e o magistério, sendo hoje apontado como um dos nomes consagrados da história intelectual do país. Dedicou cerca de 33 anos de sua vida (entre 1918 e 1951) ao desenvolvimento de estudos centrados, em última análise, na compreensão da política brasileira. A sua inclusão aqui não se deve apenas ao seu "peso" dentro da história intelectual do país, mas também à sua influência política junto ao Estado Novo, como demonstram as atividades que exerceu enquanto Consultor Jurídico do Ministério do

<sup>1</sup> A importância desse grupo de intelectuais dentro do regime fica evidente nesta passagem: “por estarem [os pensadores autoritários] muitas vezes ocupando postos de cunha através dos quais podiam fazer valer seus pontos de vista no encaminhamento das reformas em curso, ou então, operando na qualidade de porte-vozes oficiais junto aos espaços de negociação que lidavam com as principais questões em pandemia com os demais grupos de interesses fora do âmbito do Estado, prestaram serviços relevantes à ordenação jurídico-institucional e à sustentação do pacto de forças então vigente”. MICELI, T. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Díbel, 1979, p. 165.

Trabalho e Ministro do Tribunal de Contas da União, entre outros cargos públicos.

Para dar por encerrada esta seção, cabe ainda alertar que a influência do determinismo ambiental não se fazia presente apenas nas grandes obras interpretativas da realidade brasileira, mas também no material de propaganda produzido e veiculado pelo regime e nos próprios discursos políticos da primeira metade do século XX. Nos anos entre 1930 e o final da ditadura do Estado Novo, os discursos de Getúlio Vargas mostravam nitidamente influência dessas ideias deterministas, motivo pelo qual tais discursos foram incluídos também nesta pesquisa, juntamente com os artigos publicados na revista *Cultura Política* – um dos principais instrumentos da política cultural do regime, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

#### AS RAÍZES DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO BRASILEIRO: UMA INTRODUÇÃO

De um modo geral, as formulações que consubstanciaram a inflexão cultural representada pela formação de um pensamento autoritário ao longo da Primeira República foram edificadas a partir da assimilação da chamada *sociologia protofascista europeia*.<sup>5</sup> Essa corrente de pensamento é constituída pelo cruzamento de uma gama de doutrinas representativas da reação ao ideário iluminista, ocorrida com a plena consolidação do capitalismo europeu no século XIX. Os principais eixos através dos quais se articulou essa reação foram, basicamente, o positivismo comtiano e o romantismo novecentista, em suas versões conservadora e revolucionária.

O positivismo comtiano, com seu cientificismo e seu antidualismo, revestiu-se de um confeudo autoritário e elítista, no qual a política aparece como uma espécie de "técnica" a ser aplicada

<sup>5</sup> Note-se que a intensa colaboração de Viana com o Estado Novo não o transformou num propagandista estrela do regime. Sua produção intelectual, já bastante reconhecida à época, continuou seu desenvolvimento de forma, até certo ponto, independente. MEDEIROS, J. *Introdução Autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

<sup>6</sup> Segundo Brilhov Lamounier, a sociologia proto-fascista corresponde às "...correntes que, embora exercendo inequívoca influência na formação do fascismo como movimento político, são muito anteriores a ele, atraindo-se plenamente configuradas antes de 1910". LAMOUNIER, B. *Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma interpretação*. In: PAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. t. 3, v. 2, p. 381.

por um grupo de homens portadores do conhecimento "objetivo" da realidade. Tais conteúdos acentuaram-se também em virtude de sua visão *continuista* da história, segundo a qual nenhuma transformação social e política é aceita como benéfica se não representar uma linha de continuidade em relação às tradições históricas de um povo, o que revela o traço fortemente conservador dessa doutrina. Já o conservadorismo de tipo romântico possui, dentre suas características fundamentais, a reificação de categorias pertencentes ao universo sócio-cultural (como nação, povo etc.), a idealização nostálgica do passado e uma visão de sociedade que se pode classificar como *organicista*.

O organicismo apresenta uma concepção da realidade calcada numa linguagem que estabelece analogias entre os organismos vivos e a sociedade, de tal modo que esta pode ser descrita como um sistema constituído de elementos funcionais e hierarquicamente organizados. No âmbito dessa concepção, mostram-se freqüentes as comparações entre fenômenos sociais e biológicos, de maneira que os problemas da sociedade são por vezes denominados *doenças* e instituições são comparadas com órgãos do corpo humano. É o caso do Estado, que aparece sempre como um cérebro que comanda todas as demais partes do organismo social. Por fim, o romantismo de tipo revolucionário "...inspira-se no aspecto fáustico, criador, carismático, esteticista, do Romantismo" (LAMOUNIER, 1997), tendo contribuído para a formação do fascismo europeu, acrescentando forte dose de voluntarismo e de apelo mobilizador ao elitismo, autoritarismo e demais componentes que essa estrutura ideológica herdara do positivismo e do romantismo conservador.

Nesse contexto, a inflexão cultural ocorrida no Brasil do princípio do século XX se deu a partir da importação de teorias de gênese e natureza bastante diversas, que incluíram o positivismo de Augusto Comte e de vários teóricos filiados a esta corrente de pensamento, como Ratzel e Gobineau; o evolucionismo social de Herbert Spencer; os teóricos da *psicología colectiva*, como Tärde e Le Bon; o *intucionismo* de Bergson; entre outras. É claro que a incorporação dessas teorias não se fez por simples transposições de idéias, mas através de uma assimilação seletiva e hierarquizante, que redundou, segundo hipótese levantada por Brilhov Lamounier, na acentuação do positivismo e do caráter conservador do *organicismo romântico* presentes na sociologia protofascista.

Esse processo de assimilação seletiva de um rol tão amplo de idéias sociológicas aparentemente inconciliáveis evidencia o ecletismo como tendência dominante do ambiente cultural do Brasil de então, bem

<sup>7</sup> LAMOUNIER, op. cit., p. 381.

como uma certa fragilidade dos discursos teóricos quanto à coerência interna e fidelidade às fontes. O resultado disso foi a formação de um conjunto de obras bastante heterogêneo, no qual se mesclavam evolucionismo e voluntarismo, empirismo positivista e intuição, determinismo mesológico e espiritualismo cristão, mas que compartilhavam de uma visão salvação-nista de corte autoritário, que apontava a organização e o fortalecimento do Estado como as únicas formas de sanar os problemas nacionais.<sup>8</sup>

Nesse contexto, pode-se destacar, como um dos traços mais característicos da ideologia autoritária que se desenvolve no Brasil de então, a crítica à democracia. Tal crítica se operava, em grande parte, através de um amplo e variado conjunto de interpretações acerca da história e da cultura brasileiras que convergiam no sentido de qualificar o liberalismo (do mesmo modo que o fascismo, o comunismo e outras ideologias) como intrinsecamente inadequado às peculiaridades nacionais, como uma espécie de "antinção". Essa crítica atinge o seu momento de auge durante a ditadura do Estado Novo, que, embora se valendo intensamente do discurso nacionalista como instrumento de propaganda ideológica, não chegou a produzir uma doutrina oficial única, mas sim um conjunto heterogêneo de ideologias nacionalistas que, apesar de diferentes em muitos aspectos, tinham como traço comum o esforço em apresentar o regime como expressão da nacionalidade, ao mesmo tempo em que qualificavam quaisquer projetos alternativos como antinacionais.<sup>9</sup>

Além disso, é possível identificar outros pontos comuns entre essas ideologias. O nacionalismo estado-novista concebe a nação como um conjunto de valores morais (identificados com a moral cristã) que transcendem as consciências individuais e a própria história na medida

<sup>8</sup> Ao verificar que a produção intelectual de Oliveira Viana traz, inequivocavelmente, a marca de certas incertezas internas e de uma assimilação edéfica e seleiva de fontes europeias, Evaldo Amorim Vieira ressalta que estas não eram características únicas desse autor. Pelo contrário, o edetismo constitui uma "herança da cultura brasileira" realmente dominante na época, e, de fato, "a desproporção é o impreário singularizante a circulação de idéias no Brasil". VIEIRA, E. A. Oliveira Viana e o Estado Corporativo: Um estudo sobre o corporativismo e autoritarismo. São Paulo: Grijalbo, 1976, p. 19 e 68.

<sup>9</sup> Com efeito, o problema da organização do Estado é "... o tema básico em torno do qual este pensamento se constitui como sistema ideológico". LAMOIGNIER, op. cit., p. 380.

<sup>10</sup> O regime estimulou a elaboração de múltiplas versões sobre as origens da nação. Contudo, "não importa que as interpretações sejam diferentes; importa antes que elas abordem a mesma questão: a fundação do Estado nacional". VELLOSO, M. P. A Brasilidade verde-amarela: Nacionalismo e regionalismo paulista. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

em que são transmitidos através das gerações. Trata-se, assim, de algo objetivo, que existe independentemente da vontade de cada um e se manifesta concretamente através do território, cultura, história e formação étnica; fatores que, por essa razão, constituem os elementos que garantem a solidariedade nacional.<sup>10</sup> Isso revela um dos aspectos mais importantes dos discursos do Estado Novo e de sua ótica nacionalista – a influência do conservadorismo em várias de suas vertentes. Para compreender esse aspecto essencial do pensamento autoritário brasileiro da época – e que até hoje se faz presente nos discursos políticos, sobretudo quando põem em foco a relação sociedade/espaço – faz-se pertinente retomar a caracterização sintética elaborada por Iná Elias de Castro sobre algumas das principais correntes do conservadorismo político:

No conservadorismo tradicional (...) há forte ênfase ao costume, à tradição e à convenção. O valor do tempo histórico na constituição das comunidades humanas é fundamental. Liderança, autoridade e hierarquia são produtos da longa prática social, representam seu cimento, e quaisquer mudanças devem brotar naturalmente das tradições da comunidade. No conservadorismo romântico dos teóricos alemães, principalmente, há acentuada nostalgia de um passado idealizado, pastoral, rural e fortemente antiindustrial. O conservadorismo paternalista supõe a submissão às regras abrangentes do Estado como meio de promover uma vida satisfatória para todos – uma forma de nobreza oblige responsável e aristocrática. A perspectiva é dirigista e o governo é encarado como uma figura paternal, que estabelece metas e assegura a equidade e a igualdade de oportunidade.<sup>11</sup>

Portanto, o conservadorismo diz respeito a uma concepção que privilegia a coexistência sobre a sucessão, ou melhor, que apresenta a história como um processo evolutivo inexoravelmente determinado por princípios que se conservam ao longo do tempo como elementos do

<sup>10</sup> CLIVEIRA, L. L. de. Introdução. In: GOMES, A. M. C.; OLIVEIRA, L. L. de; VELLOSO, M. P. Estado Novo: Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 25.

<sup>11</sup> A presença desse tipo conservador na política brasileira contemporânea se revela, por exemplo, nos discursos que abordam a questão das secas do Nordeste e suas relações com a pobreza relativa dessa região. CASTRO, I. E. de. Seca versus seca: Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; CORRÉA, R. L.; GOMES, P. C. C. Brasil: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

<sup>11</sup> Ibid., p. 291.

*subconsciente social.*<sup>11</sup> Dessa forma, qualquer transformação que represente uma ruptura para com as tradições de um povo significa apenas um "desvio" dentro do processo de evolução nacional, acarretando sérios malefícios para a sociedade. A legitimação da ditadura Vargas se dava, portanto, através da identificação entre Estado e nação, expressa pelo conceito de *Estado Nacional*. Essa simbiose tinha por base uma permanente referência ao passado, pois apresentava o Estado Novo como um regime que, por ser fiel às tradições históricas da nação, tornaria o Estado capaz de concretizar o destino nacional.<sup>12</sup> O nacionalismo legitimava a ação do Estado intervencionista partindo da ideia de que o Brasil seria um país atrasado econômica e socialmente, e que apenas o Estado (visto como única entidade capaz de organizar e disciplinar as forças sociais) seria capaz de devolvê-lo ao curso normal de seu desenvolvimento histórico, do qual havia se afastado como consequência do modelo político liberal adotado antes de 1930. Revela-se, nesse sentido, uma forte dualidade no interior do nacionalismo do Estado Novo, em suas várias versões; seu núcleo consiste num projeto de construção de um Estado Nacional cujo conteúdo básico é, paradoxalmente, o resgate de uma nacionalidade previamente existente, mas debilitada pela influência da cultura estrangeira, com objetivo de eliminar os entraves à concretização do destino inexorável da nação:

Foi nos marcos desse universo ideológico que a ditadura do Estado Novo formulou e difundiu seus discursos acerca do território e da relação sociedade/espaco, de maneira que a análise do pensamento autoritário brasileiro pode despertar a compreensão de um aspecto dos discursos veiculados pelo Estado Novo nem sempre enfatizado pelos estudiosos: as concepções sobre o espaço e a forma como elas ajudaram a compor a imagem do Brasil, construída e difundida pelo regime, com o intuito de legitimar seu projeto de edificação de um *Estado Nacional* perante a sociedade.

<sup>11</sup> VELLOSO, M. P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: GÓMES; OLIVEIRA; VELLOSO, op. cit., p. 82.

<sup>12</sup> "...o nacionalismo apóie a identificação de todos os membros da sociedade com um destino comum, dentro cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum". OLIVEIRA, op. cit., p. 23.

#### ENTRE O DETERMINISMO E O POSSIBILISMO: SOCIEDADE E ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DO DESTINO NACIONAL

Como visto anteriormente, o positivismo foi uma das matrizes teóricas que mais influenciou a formação de um pensamento político autoritário durante a primeira metade do século XX. Tal influência se fez sentir não só pela assimilação das idéias de Augusto Comte, mas também pela leitura das obras de diversos teóricos positivistas, tais como Ratzel e Gobineau.

Destacar que Ratzel foi um dos principais ideólogos do regime oferece uma indicação da importância que as relações homem-mundo assumiam dentro dos discursos do Estado, bem como do tratamento dado a essas relações. Com efeito, os intelectuais ligados ao regime utilizaram-se largamente do determinismo ambiental em seus estudos da história brasileira.

No livro *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Viana se propôs a traçar a evolução histórica do país com o auxílio do instrumental teórico oferecido pelas ciências sociais e ciências da natureza. Dentro desse amplo conjunto, ele enumera, entre outras disciplinas e autores, a Antroposociologia de Gobineau e Lapouge, a Psicofisiologia (Sergi, Ribot etc) e a Antropogeografia, "cujos fundamentos lançou-os o grande Ratzel". Suas conclusões são, nesse sentido, resultado de um método que articula várias ciências e associa o meio natural a outros fatores causais, tais como a cultura, a raça e a história. É o que mostraem seus estudos sobre os *tipos rurais* brasileiros: o gaúcho seria a resultante de uma interação historicamente dada entre "o habitat das pampas, o regime pastoral e as guerras platinas"; o matuto, por sua vez, "resulta das reacções mezólogicas exercidas pelo habitat florestoso do centro-sul, pela preponderância do regime agrícola e por certos factores políticos e administrativos"; por fim, o sertanejo, embora sendo pastor como o gaúcho, se diferenciaria deste em virtude das influências do sertão do norte (caatinga) e de certas "circunstâncias históricas e sociais".<sup>13</sup>

Partindo dessa instrumentalização do determinismo ambiental para o estudo da sociedade brasileira, e usando também como argumento o amplo predomínio da população rural sobre a urbana em sua época, Viana chegou à conclusão de que a brasiliidade estaria organicamente

<sup>13</sup> VIANA, F. J. de O. *Populações meridionais do Brasil (história-organizacional-psicopatológica)*. 3. ed. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1933. v. I (Brasiliano, 8), p. x. É interessante notar que, embora Viana indique essas disciplinas como "ciências novas", na realidade elas já se encontravam em declínio à época. A penetração dessas teorias no Brasil representou uma espécie de "reviviscência" das mesmas, que já não gozavam de boa aceitação na Europa.

<sup>14</sup> Ibid., p. xii-xxi.

ligada ao modo de vida rural, de maneira que o desenvolvimento urbano-industrial não teria lugar no Brasil, sob pena de conduzir o país a uma verdadeira decadência social e moral. Em suas palavras, "o brasileiro, entregue aos seus próprios pendores e instintos, é, antes de tudo, um homem do campo (...). É este o traço realmente nacional do seu caráter". Manifesta-se assim uma idéia profundamente agrarista do país – bastante comum em algumas vertentes do conservadorismo romântico, conforme visto – que conduziu Vianna a postular soluções ruralizantes para os problemas sociais, como a conversão de grandes parcelas do proletariado em camponeses.<sup>18</sup>

A utilização de concepções deterministas em estudos sobre a realidade brasileira aparecia também em diversos outros autores da época. Azevedo Amaral exemplificou bem isso, ao dizer que: "Do jogo desses dois elementos – o homem instintivo e inteligente e as forças naturais – resulta todo o processo sociogênico, todo o desenvolvimento da civilização com as suas sucessivas modalidades".<sup>19</sup> O homem possui, portanto, necessidades impostas pela sua vida instintiva, pelos ditames de sua constituição como ser vivo. Mas possui também a inteligência necessária para elaborar um conjunto de técnicas e instrumentos que lhe permite explorar os recursos da natureza para a satisfação de suas carências. Nessa conexão entre a técnica, o instinto e os recursos do meio é que residiriam os determinantes da evolução histórica, de tal modo que o estudo das transformações tecnológicas permitiria periodizar a história humana em diferentes estágios de desenvolvimento, de acordo com esse autor. Assim, o homem é que deveria constituir o "ponto de partida do processo sociogênico", pois a evolução das sociedades dependeria muito mais de aproveitamento adequado dos seus "elementos humanos" do que das riquezas do território ou das formas de organização social.

<sup>18</sup> VIANNA, F. J. de O. *Pequenos estudos de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1923, p. 20.

<sup>19</sup> VIANNA, F. J. de O. *Problemas de organização e problemas de direção o povo e o governo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 94.

<sup>20</sup> AMARAL, A. J. A. de. *Estudios brasileiros*. Rio de Janeiro: Omnia & Barreto, 1930, p. 18.

<sup>21</sup> "Por maior que seja a riqueza da terra e por mais felizes as formas de organização social, avolumadas no curso do desenvolvimento histórico, o progresso de qualquer collectividade é sempre proporcional ao grau de aproveitamento útil dos elementos humanos que a constituem. O homem, ponto de partida do processo sociogênico, é em todas as etapas do desdobramento deste o factor predominante que, no mecanismo das reacções entre sociedade e o ambiente, dá a medida das manifestações do organismo social e encaminha as suas finalidades para as realizações construtivas da civilização ou para o declínio a formas inferiores de vida gregaria". Ibid., p. 275.

Em nenhum momento Amaral indica quais as fontes que consultou para chegar a essa conclusão, mas é inegável a proximidade dela com as concepções do determinismo ambiental. Esta corrente da Geografia acadêmica, por mais numerosas que sejam suas variantes internas, sempre teve no estudo das relações entre o homem (enquanto animal possuidor de instintos e racionalidade) e o meio ambiente (atuando como estímulo ou obstáculo à ação humana) seu objetivo essencial. Se Amaral dava primazia ao elemento humano e sua capacidade de elaboração de novas tecnologias, isso não o descompatibilizava com essa linha de pensamento, pois diversas teorias deterministas, ao centrar a explicação dos fenômenos sociais na relação homem-mídia, chegaram a conclusões semelhantes.

Isto não autoriza, por outro lado, que o método de Azevedo Amaral seja visto apenas como uma modalidade de determinismo ambiental. Ao longo de sua obra, esse autor introduziu uma série de outros elementos explicativos, de modo que o desenvolvimento econômico aparcia como resultante da interação de múltiplos fatores causais: meio, raça, história, cultura, a ação dos homens de gênero etc.<sup>22</sup> As suas concepções deterministas sobre a relação homem/natureza, Amaral mesclava um rol de outros princípios interpretativos, tais como o determinismo biológico ou o voluntariado de elites esclarecidas, que permitiam avaliar a importância do elemento humano na evolução dos povos.

O entendimento das influências do meio físico numa perspectiva determinista, mas ao mesmo tempo combinada com outros fatores causais, aparecia também nas formulações de Cassiano Ricardo. Em seu livro *Marcha para Oeste*, o autor afirmava a existência de uma "influência recíproca entre a Geografia e a Psicologia na criação de cada realidade humana e nacional".<sup>23</sup> Se a compreensão da Geografia demandava o estudo do clima, relevo e hidrografia, o elemento psicológico, por sua vez, exigia todo um trabalho de delineamento das tradições históricas do país, das características da raça ou mesmo de fatores de ordem econômica.

Num plano mais próximo da difusão cultural também se podia notar a presença do determinismo mesológico, como revela a leitura do material publicado pela revista *Cultura Política*: Num estudo de Benevital Oliveira sobre as paisagens brasileiras, Ratzel era citado em apoio à tese de que as influências do meio físico são decisivas dentro da história dos povos.<sup>24</sup> O determinismo mesológico também

<sup>22</sup> AMARAL, A. J. A. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. 2. ed. Brasília: UNB, 1981. (Pensamento Político Republicano, 11), p. 55.

<sup>23</sup> LEITE, G. R. *Marcha para cima: a influência da "Bandiera" na formação social e política do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. v. 1, p. 151.

<sup>24</sup> Oliveira chega até mesmo a concretizar que a história humana é apenas um capítulo na vida do "organismo terrestre". OLIVEIRA, B. de. *O homem e a paisagem brasileira*. *Cultura Polêmica*, ano 4, n. 45, p. 25-30, jan. 1944, p. 26.

se fazia muito presente nos trabalhos que versavam sobre o tema regional. Em artigo assinado por Afrânio Correia, a Antropogeografia era textualmente citada como método para explicar a influência das regiões naturais do estado do Mato Grosso sobre a vida social da sua população.<sup>22</sup> Outro artigo, assinado por Djacir Menezes, tratava da cultura do sertão nordestino a partir de uma abordagem do ambiente, já que: "...a morfologia e os fatores físicos modelam nas suas linhas gerais a história de um povo. Daí, por assim dizer, os limites mais amplos, onde se operarão as ações e reações humanas, imprimindo-lhes o sentido de sua evolução."<sup>23</sup>

Em outros artigos, o determinismo aparecia sob uma forma mais relativizada, devido à inspiração da chamada escola possibilista francesa. Em dois textos, assinados por Bezerra de Freitas, o conceito labachiano de gêneros de vida era invocado como critério para a identificação dos personagens-típos existentes no Brasil.<sup>24</sup> Vale ressaltar que, em todos os artigos citados, o ecletismo metodológico era bem menor que o encontrado em autores como Oliveira Vianna ou Azevedo Amaral, predominando amplamente o uso de conceitos e obras clássicas da Geografia positivista, em suas vertentes determinista e possibilista.<sup>25</sup> No caso do articulista Bezerra de Freitas, a Geografia acadêmica servia até mesmo como instrumento para combater as teorias raciológicas, visto que, segundo ele, o estudo dos gêneros de vida permitiria chegar a critérios de regionalização (os personagens-típos) muito mais relevantes do que as características da raça ou outros elementos.

O que chama atenção na maioria das análises, porém, é justamente a forma como o estudo do meio se associava a outras matrizes teórico-metodológicas, notadamente o determinismo biológico. Entender esse sincretismo entre várias perspectivas teóricas constitui, assim, o melhor caminho para compreender as leituras que a relação homem/natureza receberam no interior dos discursos do Estado e dos ideólogos do regime.

<sup>22</sup> CORREIA, A. As regiões naturais e sua influência na vida social. *Cultura Política*, ano 1, n. 10, p. 37-45, dez. 1941.

<sup>23</sup> MENEZES, D. O processo de esculturação nas áreas de caatinga. *Cultura Política*, ano 1, n. 1, p. 11-24, mar. 1941, p. 13.

<sup>24</sup> FREITAS, B. de. A geografia humana do Brasil. *Cultura Política*, ano 2, n. 16, p. 13-18, jun. 1942; FREITAS, B. de. Os personagens-típos brasileiros. *Cultura Política*, ano 2, n. 16, p. 27-29, ago. 1942.

<sup>25</sup> Diversos geógrafos são citados nos artigos da *Cultura Política*. Além dos mais conhecidos, como Ratzel e Vidal de La Blache, encontramos ainda Camille Vauaux, Deffontaines, Jean Brunhes e De Martonne, entre outros. Sobre o desenvolvimento da temática regional desses autores, ver: LENCIOLINI, S. Região e Geografia: uma introdução ao estudo da região de região. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da FFLCH-USP, p. 79-132.

Para tanto, vale destacar a noção de *realidade nacional*, que nesse contexto discursivo aparecia como importante catalisador das teses deterministas. Com efeito, algumas formulações do pensamento autoritário da época apresentavam esta expressão como sinônimo de meio físico, enquanto outras a aplicavam para designar uma multiplicidade de fatores econômicos, históricos, biológicos, geográficos, entre outros. Essa última concepção dominava as análises dos pensadores autoritários ligados ao regime, variando apenas, de um para outro, no grau de importância atribuído ao meio natural em relação a outros fatores. Assim, enquanto Oliveira Vianna afirmava ser o *meio cósmico* e, dentro deste, o solo, o principal fator a ser considerado na análise da sociedade (superior à raça e à história), Azevedo Amaral conferia proeminência ao fator biológico.

Levando-se em conta a presença marcante do evolucionismo social na obra desses autores, pode-se afirmar que, à luz dessas considerações, o território e seus atributos não assumiam a função de determinantes absolutos da evolução histórica do país. A relação sociedade/natureza era entendida, quando vinculada à concepção de história, sob a forma de um determinismo ambiental relativizado, sendo que esta relativização era operada através da sincretização da Geografia com outras matrizes teóricas (principialmente as teorias racistas) e/ou pela acentuação das teses da escola possibilista.

Um dos exemplos mais claros disso era Oliveira Vianna, que, apesar de conferir importância primordial ao meio físico, afirmava preferir o possibilismo de Vidal de La Blache no *fatalismo geográfico* de Ratzel. O cerne de sua crítica ao determinismo era o repúdio a qualquer teoria monocausalista da história, visto que a evolução das sociedades seria, segundo ele, produto da inter-relação de inúmeros fatores (mesológicos, econômicos, culturais e outros). Explicar essa evolução só seria possível, portanto, através de um determinismo pluricausalista, que ponderasse todos esses fatores e permitisse avaliar a influência de cada um, e de todos em conjunto, de acordo com o caso estudado. Sob tal perspectiva,

<sup>26</sup> "Entre essas forças, que influem sobre a evolução das sociedades e concorrem para a heterogeneização da sua estrutura e da sua marcha, estão, em primeira linha, porque irreducíveis e inextinguíveis, as forças oriundas do meio cósmico, principalmente o solo, que é a base physis das sociedades". VIANNA, F. J. de. *O Evolução do povo brasileiro*, 2. ed. São Paulo: Ca. Est. Nacional, 1933. (Brasiliana, 10), p. 21. Já Azevedo Amaral diz que "nas qualidades essenciais da terra, invariáveis de geração em geração, tem capacidade conservadora que os elementos constituintes da célula social possuem na sua invariabilidade as influências do meio, resulta o factor decisivo da capacidade ou insípida dos grupos humanos para a civilização". AMARAL, op. cit., p. 27E.

a geografia ratzeliana, embora oferecendo subsídios para o estudo das influências do meio sobre a sociedade, se afiguraria como um exemplo de monocausalismo, na medida em que explicaria a história exclusivamente a partir das determinações do ambiente – sempre segundo Vianna. Daí a preferência que esse autor afirmava tributar a Vidal de La Blache, o qual "...faz do homem uma força inteligente, reagindo contra o determinismo do meio phisico, e não um mero automato, impelido cogitamente por elle".<sup>77</sup>

Como em relação a outros autores, a assimilação das idéias de Ratzel por parte de Vianna se fez de forma até certo ponto equivocada, na medida em que não é correto imputar àquele autor a condição de determinista estreito, que reduz todos os fenômenos sociais a um resultado da relação homem/natureza. Embora Ratzel tenha postulado as influências das condições naturais sobre a história dos povos como objeto da Geografia Humana, a concepção do homem como *produto do meio* era estranha a ele; Ratzel entendia essa influência apenas como uma das medições a serem levadas em conta no estudo das sociedades, ao lado de outras, de ordem econômica e social.<sup>78</sup> É certo que, se a sua definição do objeto geográfico o afastava de um raciocínio mecanicista, a associação dessa perspectiva aos parâmetros metodológicos ditados pelo positivismo conduziram Ratzel, contraditoriamente, a estabelecer procedimentos de análise e princípios interpretativos de cunho determinista, posto que assentados no empirismo, na indução e na idéia de causa e efeito.<sup>79</sup> Mesmo assim, suas considerações acerca do objeto da Geografia não permitem que ele seja apontado como um autor realmente determinista, tal como foram, de fato, a quasi totalidade de seus epígonos e tal como fizeram a maioria dos seus críticos – entre eles, os pensadores autoritários brasileiros.

Por outro lado, o fato de Vianna ter recorrido a Vidal De La Blache para combater o monocausalismo de Ratzel não deixa de ser previsível, pois este é o melhor caminho para relativizar as influências do meio sobre a sociedade sem abrir mão da perspectiva determinista.

<sup>77</sup> VIANNA, Evolução do povo..., op. cit., p. 21.

<sup>78</sup> MORAES, A. C. R. A antropogeografia de Ratzel. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. (Grandes Clássicos Sociais, 50), p. 10-11.

<sup>79</sup> "Ao acatar, entretanto, o alô positivista de chegar, no trato dos fenômenos humanos, a uma causalidade análoga a das ciências naturais, Ratzel acabou por subverter sua própria concepção de objeto: A idéia – correta – de ver a natureza como estímulo ou limite para a ação humana passa a ser acoplada, pela opção metodológico, a um raciocínio de movimento realivo, isto é, passa a ser equacionada numa visão de causa e efeito, à qual o autor fece críticas expícias no plano objetivo". Ibid., p. 13.

Embora mantendo-se nos marcos do positivismo, La Blache defendia uma postura mais relativista sobre as relações entre homem e natureza, enfatizando que a história dos povos é sempre marcada por certo grau de contingência. Apesar disso, o chamado possibilismo não deixou de ser um determinismo ambiental amenizado, na medida em que se restrinjia ao estudo das relações entre um homem abstrato e o meio natural, sem colocar em foco as relações entre os homens, que diferenciam socialmente as formas de acesso à natureza e estabelecem a existência, na verdade, de uma relação sociedade/natureza.

O essencial, porém, não é avaliar a fidelidade de Vianna em relação a suas fontes teóricas, mas sim discutir porque a assimilação das teses da Geografia acadêmica pelos pensadores autoritários da época se fez de modo a estabelecer a existência de uma relação de causalidade entre a sociedade e o meio, ao mesmo tempo em que combatiam o determinismo ambiental em nome de um determinismo pluricausalista.

Essa questão está relacionada às dificuldades de assimilação do evolucionismo social por parte da intelectualidade de um país dito periférico como o Brasil. De acordo com os parâmetros evolucionistas, as nações mais "avanhadas" apresentam-se como modelos de um desenvolvimento histórico que todos os povos, cedo ou tarde, haverão de experimentar, fazendo-se necessário estabelecer as leis que regulariam esse movimento.<sup>80</sup> Ao assimilar tal modelo, os intelectuais brasileiros se depararam com a necessidade primordial de explicar as razões do "atraso" do país frente às nações mais desenvolvidas, a fim de descobrir os meios para recuperar o tempo perdido.

Entre os intelectuais ligados ao regime nota-se não só a presença marcante do evolucionismo social, como também uma profunda consciência do atraso socioeconômico do país. Já se insinua, desse modo, o dilema que a adoção de um determinismo mesológico unicausal obrigaría esses pensadores a enfrentar: tomar as condições ambientais como dado suficiente para determinar o progresso do país significaria fechar os olhos para o abismo que o separa das sociedades mais desenvolvidas, apesar de seu rico território; por outro lado, centrar a explicação dos problemas nacionais exclusivamente em fatores mesológicos, tais como o clima ou o relevo, implicaria encravar o país

<sup>80</sup> ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 14.

numa situação de atraso insuperável, visto que as condições naturais são virtualmente imutáveis.<sup>31</sup>

O futuro do Brasil, nos marcos do evolucionismo, foi pensado de outra maneira, dimensionando-se a partir daí a interpretação das influências naturais sobre a sociedade. Segundo a visão conservadorista daqueles pensadores, o retorno do país à rota de sua evolução histórica se faria através da recuperação das origens da nacionalidade, isto é, pelo resgate do caráter e da realidade nacional. O projeto de construção de um Estado Nacional deveria contemplar, desse modo, todos os elementos que comporiam a originalidade brasileira, entre os quais estavam o território do país e seus atributos físicos. Dessa maneira, o estudo da raça, do meio ambiente, da economia, das instituições políticas e de outros aspectos da realidade do país ganhavam sentido na medida em que permitiam identificar as peculiaridades nacionais, às quais o Estado deveria se adaptar. Sob esse prisma, o determinismo, seja biológico ou ambiental, mostra-se ideologicamente bastante eficaz, pois permite transferir aos estudos concretos da realidade do país, bem como ao próprio projeto de construção de um Estado Nacional, a mesma científicidade e neutralidade política que se auto-atribui no plano teórico e filosófico.

O intuito de reivindicar objetividade para interpretações do país apoiadas na investigação do meio natural é bastante visível na obra de Oliveira Vianna. O conhecimento objetivo das peculiaridades brasileiras subsidiaria, segundo ele, a formação de um idealismo orgânico, ou seja, de um projeto político adequado às especificidades do meio natural e social da nação. Os males que vinham affligindo o país seriam derivados justamente do idealismo utópico de suas elites, que desde a Independência se teriam mostrado mais propensas a importar modelos políticos estrangeiros (o liberalismo, em suas várias vertentes), do que em voltar seus olhares para a própria realidade nacional. O meio físico constituiria, portanto, uma das referências fundamentais para a conformação de um verdadeiro Estado Nacional:

<sup>31</sup> Tal afirmação, válida para os ideólogos do regime, aparentemente poderia ser generalizada para o conjunto da intelectualidade do período. Contudo, algumas intelectuais exploravam as disparidades entre as raças através do determinismo ambiental. Oswald de Andrade, por exemplo, colocava que a proximidade dos povos que vivem "entre o trópico de Cáncer e o 60° de latitude norte" se devia a elementos tais como o solo, subsolo, fauna, flora, clima, índices demográficos etc. Ver o depoimento dessa autor em: CAVALHEIRO, E. (Org.). Testamento de uma geração. Porto Alegre: Livraria Globo, 1944, p. 193-194.

o problema da organização política e constitucional de um povo [é] um problema essencialmente prático, em cuja solução não deve entrar nenhum dado apriorístico, nenhum preconceito de doutrina, mas exclusivamente os factos étnicos sociais, económicos, geográficos, etc; que, concorrendo para a modelagem do povo, concorrem também para dar-lhe a estrutura e mentalidade actuais.<sup>32</sup>

Um exemplo disso seria o modo como os estadistas precisariam levar em conta as vantagens e desvantagens da grandeza territorial do Brasil. Com efeito, Vianna atribuía aos "inconvenientes da enormidade da nossa base física" a dificuldade para centralizar o poder estatal.<sup>33</sup> Ao longo da história, as élites verdadeiramente nacionalistas teriam optado por regimes mais ou menos centralizados como paliativos para essa dispersividade do meio, pois reconhecia que a unidade nacional só estaria plenamente consolidada quando estivessem resolvidos os problemas de circulação e de povoamento. Já os defensores do liberalismo teriam levado o país à fragmentação se tivessem conseguido implantar efetivamente os princípios democráticos e federalistas dessa doutrina exótica. Também idealistas seriam os defensores da reforma agrária, que não seriam capazes de extrair que os latifúndios se acabariam espontaneamente, à medida que os grandes vazios do interior fossem sendo ocupados.

Se as élites eram vítimas de uma alienação cultural capaz de desvirtuar as instituições políticas do país, entravando seu desenvolvimento, para o povo a situação não seria melhor. Oliveira Vianna considerava haver duas espécies de pobreza: aquela que seria eterna, porque derivada da inferioridade biológica dos negros, índios e mestiços, e a miséria dos capazes, resultante de problemas de ordem econômica e política.<sup>34</sup> Frente a isso, somente o branqueamento da população brasileira poderia levar à eliminação total da pobreza.

O território brasileiro não se afigurava, portanto, como entrave ao progresso do país, pois as dificuldades residiriam antes na inferioridade genética de grandes parcelas da população e no alheamento de certos setores das élites intelectuais e políticas frente à realidade nacional, da

<sup>32</sup> VIANA, F. J. de O. *O idealismo na evolução política do Império e da República*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922. (Biblioteca n.º O Estado de São Paulo, 1), p. II.

<sup>33</sup> VIANA, *Evolução do povo...*, op. cit., p. 290.

<sup>34</sup> Ibid., p. 92-93.

qual o território faz parte.<sup>36</sup> A ação dispersiva da grandeza territorial do país, além de ser contrabalançada pelo benefício da fatura de terras (que supostamente evitaria a necessidade de uma reforma agrária), seria superada mediante a associação de mudanças institucionais com políticas de integração e povoamento do território.

Esse raciocínio encontrava muitos pontos de contato com as idéias de Azevedo Amaral, que também se valia de diferentes teses deterministas para legitimar seu diagnóstico dos problemas brasileiros e as soluções que apresentava para eles. Em conformidade com teorias racistas, Amaral dizia que a realização do destino nacional dependeria do aperfeiçoamento da eugenética brasileira, quer dizer, de medidas para ariantar a população através da miscigenação. Ao mesmo tempo, ele assumiu o pressuposto de que apreender a conexão entre o instinto, a técnica e o meio constitui o melhor caminho para evitar as explicações idealistas e "interpretar em termos positivos" os fenômenos sociais.<sup>37</sup> Em consonância com esse princípio metodológico, Amaral afirmava que a utilização eficiente dos aparatos técnicos modernos, a fim de melhor aproveitar os recursos naturais existentes, exigiria que as formas de organização da vida econômica assumissem uma dimensão de racionalidade científica.

Nada caracteriza melhor o economismo contemporâneo que a passagem do capitalismo individualista do século XIX para o néo-capitalismo atual com a sua orientação nitidamente corporativa. O empreendimento individual não tem papel tanto a desempenhar na exploração científica dos recursos naturais da terra pelos processos de uma técnica industrial, que visa exclusivamente a produção em massa, movimentada por vastos capitais.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> Um interessante tema de trabalho, mas que escapa ao âmbito desta pesquisa, seria o estudo das relações meio-terra-sociedade na visão dos intelectuais da época. Isso permitiria avistar se o determinismo ambiental poderia ter desempenhado um papel progressista, combatendo ou amenizando as teses raciológicas. Apenas como indicativo, menciona-se que Sérgio Buarque de Holanda, ao criticar Oliveira Vianna, afirma que este frequentemente reduzi a importância do elemento étnico como fator explicativo dos fenômenos sociais, convertendo-os em resultado da ação de outros fatores, tais como o meio ambiente. Para Buarque, essa postura revela "o desejo de ver scientificamente confirmada a esperança de que o influêncio do ambiente seja, ao cabo, favorável, liquidando a barreira étnica que fez os nossos antepassados". HOLANDA, S. B. *Reizes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 168 (Documentos Brasileiros, 1).

<sup>37</sup> Sobre o racismo, ver: AMARAL, 1930, op. cit., p. 135-138. Sobre as relações homem-mato: AMARAL, 1930, op. cit., p. 18.

<sup>38</sup> Ibid., p. 258.

Não é difícil perceber a forma como Amaral postulava a necessidade de constituir no país um Estado capitalista contemporâneo da época em que esse autor escrevia, ou seja, intervencionista e planejador. A necessidade de otimizar o desempenho das modernas técnicas de produção, a fim de transformar os recursos extraídos da natureza, fundamentaria a necessidade de uma organização econômica distinta daquela que dominava o capitalismo concorrential, posto que não mais estava assentada num mercado auto-regulado.

Além de racionalizar a forma de regulação econômica, seria necessário promover a reorganização da estrutura produtiva do país, de modo a adaptá-la aos recursos oferecidos pela natureza local. Para ele, as imposições do meio ambiente teriam o efeito de inviabilizar o projeto econômico das oligarquias rurais do país, interessadas em privilegiar os incentivos à agricultura de exportação e relegar o desenvolvimento da indústria a um plano secundário. Amaral rebatia com veemência um dos principais argumentos dessa corrente, a ideologia da vocação agrária do Brasil, mas a sua contestação se utilizava do mesmo pressuposto que alimenta essa ideologia: o determinismo ambiental. Afirmava ele ser um mito infundado a crença de que o Brasil teria condições naturais altamente favoráveis à atividade agrícola, argumentando que, pelo contrário, este país seria uma das áreas do globo que ofereceriam maiores dificuldades para a grande agricultura, devido às condições edáficas, geomorfológicas e climáticas aqui encontradas.<sup>39</sup> Mas o mesmo não se poderia dizer sobre os recursos que o território oferece para o desenvolvimento da indústria mecânica, e a tal ponto que a industrialização seria o único caminho para explorar adequadamente os recursos minerais do território, assegurando a ascensão econômica do país: "Para nos tornarmos no convívio da civilização a potencia, que a extensão dos nossos recursos nos autoriza a idealizar, teremos de inverter a ordem clássica do desenvolvimento econômico."<sup>40</sup>

Ao contrário da maioria das nações, nas quais a agricultura se desenvolveu antes da indústria, o Brasil tenta de alavancar seu progresso econômico com a industrialização. Superar as dificuldades criadas pelo

<sup>39</sup> "Excluídos o pampa gaúcho, a mancha bordô de fértil roxa paulista e talvez os agridados campos do sítio planalto ainda inacessível, o nosso país não apresenta condições muito favoráveis à expansão de lavouras, principalmente quando exploradas pelos processos da tecnica agronómica de produção em larga escala. A formação geológica do solo oferece em vários tratos do território nacional a constituição do deserto incipiente. Em outras zonas, e o pantano com a proliferação dos mosquitos transmissores da malária" AMARAL, 1930, op. cit., p. 264.

<sup>40</sup> Ibid., p. 252.

meio em relação à agricultura exigiria vultosos investimentos em transportes e saneamento (a fim de tornar as condições de vida no campo mais salutares), de modo que os capitais necessários para tanto só poderiam ser gerados a partir do momento em que o setor industrial potencializasse a produção da riqueza nacional.<sup>42</sup>

Para chegar a tanto, o primeiro passo seria destruir aquelas concepções idealistas, desvinculadas da realidade nacional. Essa alienação cultural se revelaria de forma carente, segundo Amaral, nos conteúdos pedagógicos do ensino básico, totalmente desvinculados do "ambiente físico da nação".<sup>43</sup> Os novos programas escolares deveriam estar de acordo com as condições objetivas da natureza brasileira, de modo a banir da mente dos mais jovens a visão do Brasil como país essencialmente agrícola, onde o progresso se constrói sem esforço.

Contudo, o desvio do sistema educacional seria apenas um sintoma da inadequação mais ampla da sociedade brasileira em relação às condições naturais do país. Segundo esse autor, todas as nações que lograram desempenhar um papel significativo na história da humanidade demonstraram a existência de uma correlação direta entre suas instituições e leis fundamentais e as realidades da ambientação nacional. Mas isso não seria verdadeiro para as nações de origem colonial, onde as condições mesiológicas exerceriam uma influência pequena na formação do paisismo de suas populações. Nasceram do transplante de povos adiantados para regiões muito distintas de suas áreas de origem, as sociedades coloniais padeceriam de forte resistência à necessidade de adaptação ao novo ambiente. E essa dissociação da realidade seria especialmente acentuada no caso do Brasil, que teria se formado a partir de um modelo de colonização voltado principalmente para a extração de riquezas, não para a ocupação permanente do espaço. Essa era a causa apresentada por Azevedo Amaral para o comportamento imitativo das

<sup>42</sup> "A conclusão a tirar dos factos concretos do determinismo do nosso desenvolvimento económico é que, para tornar aproveitável a uma exploração agraria sistemática e terranovadora extensas áreas do território nacional, carecemos preliminarmente de grandes obras de engenharia e de agronomia, bem como de viação e de saneamento, que façam aquelas terras habitáveis ao homem civilizado e lhe assegurem resultados remuneradores da sua actividade agrícola. ora como semelhante empreendimento reclama grandes somas de capital, parece lógico devermos tornar antes a riqueza nacional sobre as bases do desenvolvimento das indústrias, localizadas nas cidades e povoações mais acessíveis e mais salutares". AMARAL, 1930, op. cit., p. 295.

<sup>43</sup> Ibid., p. 281.

elites brasileiras em relação às doutrinas políticas exógenas, em grande parte responsável pelas mazelas nacionais.<sup>44</sup>

O artificialismo da política nacional só teria começado a ser corrigido com o advento do Estado Novo, visto que a Constituição de 1937 seria a primeira a possuir um caráter verdadeiramente realístico.<sup>45</sup> Segundo esse autor, a estrutura jurídico-institucional consubstanciada na nova Carta estaria realmente adaptada aos vários aspectos da realidade nacional, inclusive a diversidade econômica e geográfica do território, respeitada pelo modelo federalista implantado pelo regime.<sup>46</sup>

Resumindo essas ideias de Azevedo Amaral, vê-se que, embora a natureza brasileira apresentasse alguma entrave ao progresso do país – na medida em que dificultaria o desenvolvimento de uma atividade agrícola moderna –, o redirecionamento da economia, no sentido da industrialização, poderia adequar a estrutura produtiva nacional às condições do meio, alcançando o país à condição de potência econômica. Os problemas da nação seriam derivados mais da resistência da sociedade a se adaptar às condições do meio, por apegar-se às doutrinas estrangeiras, do que das condições naturais propriamente ditas.

Assim, os atributos físicos do território nacional eram apresentados por autores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral sob uma ótica predominantemente positiva, apesar das ressalvas de ambos. Em Cassiano Ricardo essa positividade era mais exacerbada, tocando as raízes do nacionalismo ufanista: ele elogiava o fato do Brasil ser um "país cósmico", no qual se encontram vários tipos de clima e "todas as idades do mundo social".<sup>47</sup> falava também do "perfil verde-geográfico" do país e exaltava muito a imensidão do território nacional.

Uma das principais vantagens trazidas pelas grandes dimensões do território seria a pacificação do Estado e da sociedade brasileira,

<sup>42</sup> Segundo Amaral, as nações que nasceram e evoluíram numa mesma região "procedem, nas suas experiências políticas e sociológicas, de acordo com o que se pode dizer de uma harmonia preestabelecida entre elas e o seu meio físico e os problemas especiais por elas apresentados. Por outro lado, os povos de formação colonial tendem invariavelmente a se organizar, segundo predominantemente e não raro exclusivamente mesmo as destrinches decorrentes das fracções traídas da pátria metropolitana". AMARAL, 1931, op. cit., p. 22-23.

<sup>43</sup> Ibid., Jr. 83.

<sup>44</sup> Uma análise detalhada sobre o federalismo do Estado Novo e a visão de Azevedo Amaral sobre esse aspecto do regime pode ser encontrada em: DINIZ FILHO, L. L. Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia da FFCH-USP.

<sup>45</sup> LEITE, op. cit., p. 63-64.

ainda segundo esse autor. À diferença de países como a Alemanha, que precisavam recorrer a guerras de conquista para assegurar seu espaço vital, o Brasil poderia garantir seu progresso econômico e social através da colonização dos espaços interiores, livrando-se da explosão de conflitos internos e externos.<sup>46</sup> O uso das teorias de Ratzel sobre o apetite territorial do Estado e o espaço vital servia então como um dos subsídios ideológicos que fundavam o mito da bondade essencial do brasileiro, tão caro a Ricardo e muitos outros representantes das élites intelectuais e políticas do período. Ao menos no caso desse autor, a vinculação entre o tema do caráter nacional e a obra de Ratzel é bastante visível, já que para ele a abundância de terras contribuiria para acentuar o pacifismo derivado da soma de tendências psicológicas próprias de cada uma das raças que entraram na composição da etnia brasileira:

E nesta soma terá colaborado o meio físico e social, já que a grandeza do país é um remédio cósmico contra as prevenções e rivalidades. Não é possível esquecer o correto ratzeliano do espaço geográfico dentro do qual se opera o nosso destino. No inicio de nossa paisagem social, houve a luta social entre escravos e senhores. Mas o espaço geográfico que a bandeira nos deu, o leite de uma raça amamentando os filhos de outra raça, a deslocação de nossa gênese social dos engenhos para as minas, modificaram aquele sadismo e aquele maquismo na mistura dramática e contraditória de todos os elementos humanos.<sup>47</sup>

Novamente, o determinismo ambiental aparecia como elemento de legitimação das interpretações de país gestadas pelo Estado Novo, dando o tom da originalidade brasileira no concerto das nações: o fascismo europeu, com sua política externa imperialista, e o comunismo, com sua pregação da luta de classes, se afigurariam como intrinsecamente inadequados à realidade do país, devido, em grande parte, à abundância de recursos oferecida pelo território nacional.

A tese de que o tamanho do território brasileiro teria propriedades pacificadoras não era uma especificidade do pensamento de Ricardo, pois constitui um dos temas básicos na obra de muitos intelectuais do início do século XX.<sup>48</sup> Apesar disso, a inspiração das idéias de Ratzel

<sup>46</sup> LEITE, op. cit., p. 56-57. É importante destacar que Ricardo faz referência explícita a Ratzel quando fece seus argumentos sobre esse tema.

<sup>47</sup> Ibid., p. 486.

<sup>48</sup> LAMOURIEU, op. cit., p. 368.

não aparecia necessariamente dentro da argumentação desses autores. Oliveira Vianna, por exemplo, negava a possibilidade da luta de classes no Brasil tomando por base a grande extensão de seu território. O comunismo só seria justificável em países em que "a população está inteiramente concentrada em pequenos espaços; onde os meios de subsistência são escassos e precários, por isso, ser regulados".<sup>49</sup> Mas nem por isso Vianna citava Ratzel ou a teoria do espaço vital para estabelecer que o território seria um dos elementos básicos da originalidade brasileira.

É significativo perceber como essas idéias se percebiam inclusive nos discursos de Getúlio Vargas, denotando a força política de um debate aparentemente confinado aos círculos intelectuais. Os discursos do presidente também utilizavam o determinismo ambiental, que transparecia, por exemplo, no postulado de uma necessária adaptação das instituições políticas brasileiras aos atributos do território nacional.<sup>50</sup> Como no caso de Cassiano Ricardo, Vargas se valia de um tom utanista na descrição do território nacional, visível em seus elogios à ampla variedade de climas e culturas agrícolas que o país possui, bem como às suas riquezas minerais.<sup>51</sup> É esse grande potencial oferecido pelo meio que, segundo o presidente, asseguraria ao país um futuro promissor no cenário internacional.<sup>52</sup> Finalmente, dado o fato de que esse potencial estaria ainda muito pouco explorado, Getúlio Vargas atribuía ao fundo territorial do país a propriedade de evitar a eclosão de guerras, embora sem fazer referências à obra ratzeliana:

Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das

<sup>49</sup> VIANNA, F. J. de O. Comunismo, racionalismo e constituição. Correio da Manhã, 14 dez. 1935.

<sup>50</sup> "Para vantagem do solo, pela variedade das condições mesocópicas e de clima, temos quasi uma projeção continental. Por isso mesmo, dispondo de fatores próprios, não podemos procurar paralelo no tipo clássico de Estado europeu". VARGAS, G. A língua vínculo das nações luso-brasileiras. Discurso pronunciado no gabinete português de Interis. 16 jun. 1934. In: \_\_\_\_\_. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. p. 181.

<sup>51</sup> VARGAS, G. No Umarim da Amazônia de 1938. Saída pronunciada no Palácio Guanabara e mediada para todo o país à meia-noite de 31 dez. 1937, in: Vargas, 1938, op. cit., v. 5, p. 124.

<sup>52</sup> "No panorama geral da civilização, subvertido o mundo nas bases da sua economia e esgotado nas fronteiras da sua anterior opulência, o Brasil, pela vastidão do seu território e imensas riquezas a explorar, será sempre terra farta e acinhodada". Ibid., v. 1, p. 284.

zonas de recente ocupação. Por isso mesmo, o nosso país não atingiu ainda a fase em que necessitará de novos mercados nem de novos territórios ou da conquista de matérias primas.<sup>53</sup>

Nessa passagem, Getúlio Vargas parece se inspirar na teoria do imperialismo para fundamentar sua leitura das relações entre sociedade e território, uma vez que a guerra se apresenta como um acontecimento inexorável, ligado intrinsecamente à necessidade de expandir a oferta de mercados e matérias-primas no ritmo exigido pelo desenvolvimento da indústria. O Brasil estaria longe dessa fase conquistadora justamente porque possui um território ainda pouco explorado, de tal maneira que o expansionismo brasileiro, à diferença do de outros países, assumiria a forma de um *imperialismo pacífico*, expresso na campanha da Marcha para Oeste.

Mesmo nas poucas ocasiões em que Getúlio Vargas atribuía qualidades negativas ao território nacional, estas nunca eram apresentadas como obstáculos intransponíveis, mas sempre como dificuldades que seriam superadas futuramente. A extensão e complexidade do território, dentro do qual coexistiam diversos *índices de subsistência*, teriam o efeito de retardar a extensão dos benefícios trabalhistas – de que já gozavam minimamente os trabalhadores urbanos – para o meio rural.<sup>54</sup> Se essa mesma complexidade do ambiente físico significava abundância de recursos, por outro lado dificultaria a efetivação de reformas profundas na economia: a recuperação das forças econômicas não poderia se realizar rapidamente “em um extenso país como o nosso, abalado por uma política financeira de esbanjamento”<sup>55</sup>.

O mesmo raciocínio era aplicado com relação a parcelas específicas do território. Se a variedade de climas e solos garantia uma safra diversificada, por outro lado o desenvolvimento de certos estados era prejudicado por suas condições ambientais, como é o caso da região das secas e do vale amazônico. Apesar disso, tais problemas seriam solucionados através de uma série de políticas de irrigação, saneamento, desenvolvimento dos transportes etc., não constituindo problemas insuperáveis. Mesmo ao justificar a pobreza como resultado do ambiente,

<sup>53</sup> VARGAS, op. cit., p. 163-164.

<sup>54</sup> “Não devemos esquecer que, no Brasil, o problema [do custo de trabalho coletivo] se reveste de complexidade toda especial, em atenção a fatores de diversa natureza, principalmente a extensão do país e variedades dos índices de subsistência”. Ibid., v. 9, p. 145.

<sup>55</sup> Discurso: “O primeiro ano do Governo Provisório”. Ibid., v. 1, p. 252.

Vargas relativizava essa suposta negatividade da natureza em nome da capacidade do planejamento estatal de corrigir os efeitos dela.<sup>56</sup>

Em consequência, pode-se dizer que as leituras de Vargas acerca do espaço nacional traziam sempre a mesma mensagem como subtexto: é preciso ter paciência. Falar das vantagens do território brasileiro servia para prometer um futuro de justiça social e prosperidade, bastando para isso trabalhar e aguardar pelo dia em que os recursos naturais do país estivessem em pleno aproveitamento. Do mesmo modo, enumerar as desvantagens desse espaço cumpria a função de explicitar que seria preciso algum tempo para que se fizessem sentir os resultados das ações governamentais. Assim, o teor desses discursos era, em última análise, sempre positivo, já que a ação estatal logo trataria de resolver os problemas ambientais de certas áreas.

Estabelecida a positividade do território, ficava para Vargas a questão de definir qual padrão de desenvolvimento seria mais adequado em relação aos recursos nele contidos. A resposta para essa pergunta exigia que se atentasse para alguns aspectos da conjuntura política e econômica vigente na época. Em decorrência da maleabilidade que o presidente procurava emprestar aos seus discursos, pode-se encontrar neles formas aparentemente contraditórias de pensar o destino nacional: se a plateia era baiana, Vargas enfatizava a necessidade de um *reformismo* ao campo para evitar a hipertrofia das cidades, quase como que afirmando que o futuro do Brasil estaria na agricultura; se mineira, esse destino estaria na exploração do ferro e na industrialização pesada.

Apesar disso, é-fato que Getúlio Vargas havia se convencido da necessidade de fazer do Brasil um país industrializado, o que pode ser uma decorrência dos problemas econômicos enfrentados na década de 1930. Segundo John Wirth, as crises do comércio exterior durante aqueles anos levaram a um descrédito na estratégia de privilegiar as exportações de matérias-primas produzidas com vantagens comparativas, colocando-se a autonomização da indústria como alternativa para a economia

<sup>56</sup> Em certos momentos, Vargas chegava a negar a inferioridade desses regiões: “o clima da Amazônia, ao contrário do que muitos pensam, é, geralmente, salubre e possui condições favoráveis a uma vida saudável e ao trabalho produtivo. (...) basta coltar dessas [novas] geopéias, defendendo-as contra as moléstias, preparando-sa física e culturalmente, dando-lhes educação moral e cívica para transformá-las em valiosos latentes do povoamento da região”. VARGAS, Entrevista à Associated Press, 14 out. 1940, op. cit., v. II, p. 67.

<sup>57</sup> Discurso: A instrução moral, cívica e agrícola. Discurso pronunciado na Bahia, 18 ago. 1933. VARGAS, Ibid., v. 2, p. 115. Os salões euro e o problema siderúrgico. Discurso proferido em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governador do estado, 27 fev. 1931. Ibid., v. 1, p. 100.

brasileira.<sup>18</sup> Em verdade, um foco sobre os discursos de Vargas durante o Estado Novo demonstra que ele apontava a industrialização como a única forma de garantir a independência econômica do país, o que exigia abandonar a posição do Brasil como exportador de matérias-primas. Para justificar essa mudança, porém, seria necessário desqualificar a imagem agrícola do Brasil, como de fato Getúlio procurou fazer: "Aquele expressão – 'país essencialmente agrícola' – de uso corrente para caracterizar a economia brasileira, mostra, em boa parte, a responsabilidade do nosso atraso."<sup>19</sup>

Por tais razões, é óbvio que o território não podia ser apontado como a origem do atraso nacional, cujas causas deveriam ser buscadas em problemas de ordem política e econômica. A raiz dos males brasileiros estaria justamente no não aproveitamento de grande parte de suas riquezas naturais, segundo a visão de Vargas: "O nosso máximo problema é, sem dúvida, conquistar a natureza e apropriar-nos da terra, afeiçoando-as às nossas necessidades".<sup>20</sup> Isso seria parcialmente resolvido pela montagem de um parque industrial diversificado e com grande integração setorial que permitiria aproveitar as riquezas minerais do país e aumentar a produtividade agrícola pela maior oferta de maquinaria. Contudo, a par da industrialização, seria necessário intervir diretamente no quadro fisico-territorial e na forma de relacionamento entre homem e natureza:

Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pantanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente.<sup>21</sup>

Coerente com o objetivo de propagandear as políticas do regime, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão criado pelo Estado Novo para implementar sua política cultural, através da censura, da publicação de revistas oficiais e da elaboração de filmes documentários

<sup>18</sup> Segundo esse autor, Vargas demonstrou claramente ter encampado a opção industrialista na criação da Volta Redonda, em 1949. WIRTH, J. D. A política de desenvolvimento na era de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1973, p. xi-xii.

<sup>19</sup> VARGAS, op. cit., v. 10, p. 53-61.

<sup>20</sup> VARGAS, G. A cultura e a máquina. Discurso pronunciado na Universidade de Porto Alegre, 15 nov. 1940. In: GUASTINI, R. (Org.). Jornal Político de Getúlio Vargas. São Paulo: Oficina de Revistas dos Tribunais, 1943, p. 172.

<sup>21</sup> Ibid., p. 29.

com exibição compulsória em todos os cinemas do país – tratou de reproduzir essas idéias de Vargas com grande fidelidade. O uso de imagens ufanistas era frequente na descrição do território nacional, como no caso de alguns *Cine Jornais Brasileiros* que, tematizando a campanha da Marcha para Oeste, faziam referências entáticas às imensas riquezas do país e seu vastíssimo território.<sup>22</sup> Partindo desse pressuposto, o articulista Luís Dias Rollemburg afirmou, nas páginas da revista *Cultura Política*, que para o Brasil atingir o nível de desenvolvimento dos EUA faltariam apenas "organização e coordenação de esforços, nacionalização de métodos de trabalho e desenvolvimento demográfico". E essa coordenação deveria ser feita de modo a contemplar as especificidades de cada região, pois, segundo ele, somente isso tornaria possível a utilização plena das "imensas riquezas potenciais do país".<sup>23</sup>

Outros artigos dessa revista, em harmonia com as idéias de Azevedo Amaral e Getúlio Vargas, destacavam a necessidade de reestruturar a economia para melhor aproveitar os recursos minerais do território. Nélson Werneck Sodré procurava mostrar como a industrialização asseguraria um grande aumento da capacidade de geração de riquezas. Djacir Menezes sustentava que "é a riqueza mineral do solo brasileiro que está a impor, como um dever, o programa de industrialização". E também não faltaram argumentos de ordem geopolítica, como se verifica no momento em que o coronel Inácio Veríssimo afirmou que o tamanho e posição do território nacional em relação aos mercados sul-americanos fariam do Brasil o concorrente natural das nações industrializadas no momento em que a II Guerra terminasse.<sup>24</sup>

Descrições do território e seus atributos como causa de dificuldades sócio-econômicas apareciam no material de propaganda veiculado pelo DIP quase que exclusivamente no que se referia a regiões específicas, raramente ao conjunto do país. Nos *Cine Jornais Brasileiros* o clima

<sup>22</sup> SÃO PAULO: CINEMATECA BRASILEIRA. Filme D43, 1940. Filme 50; Nas sefas do Brasil central. Filme 252, 1944.

<sup>23</sup> ROLLEMBERG, L. D. A unidade econômica do Brasil e a fixação da política do zoneamento. *Cultura Política*, ano 4, n. 43, p. 63-71, 1944, p. 58. Apesar dessa postulação ser a mais comum dentro da revista, há autores que procuram transmitir uma imagem um pouco menos grandiosa das riquezas do país. Benevill de Oliveira, por exemplo, afirma que "nossas praias (...) não são tão prodigios quanto parecem". OLIVEIRA, op. cit., p. 30.

<sup>24</sup> SODRÉ, N. W. Fronteira móvel. *Cultura Política*, ano 2, n. 18, p. 93-102, 1942; MENESES, D. O falso: consequências econômicas e políticas. *Cultura Política*, ano 4, n. 37, p. 101-105, 1944; VERÍSSIMO, I. J. Lutar ou desaparecer? *Cultura Política*, ano 4, n. 39, p. 193-197, 1944.

seco do Nordeste aparecia sempre como uma das principais causas da pobreza dessa região frente aos demais Estados, o mesmo acontecendo no caso da revista *Cultura Política*. Mesmo assim, havia artigos que, como os discursos de Vargas, relativizavam o problema da estiagem em nome do poder corretivo do planejamento estatal<sup>60</sup>. A adequação do Estado Nacional à natureza brasileira não deveria se dar, portanto, unicamente num sentido passivo, no qual as instituições políticas e a economia se amoldariam às peculiaridades do meio. Harmonizar a sociedade com seu substrato natural deveria ser uma das tarefas fundamentais do Estado, como defendia Getúlio Vargas: “Sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o às necessidades de seu habitat, é o primeiro dever do Estado”<sup>61</sup>.

Não fica claro o que, exatamente, Vargas entendia como necessidades do ambiente, ou se cada região natural exigiria uma tática específica por parte de seus habitantes. Ele não era um acadêmico e portanto, não se via na obrigação de esclarecer os pressupostos de seu discurso, mas apenas de utilizá-lo para constituir uma base de apoio político o mais ampla possível. Já em seus significados imediatos, a fala presidencial pode ser interpretada de forma mais segura. É visível que Getúlio Vargas defendia a necessidade de políticas governamentais voltadas para a melhoria das condições ambientais de certas regiões, caso do sertão semi-árido do Nordeste. De outro lado, a idéia de adequação do caráter do homem às condições ambientais significava desenvolver no cidadão a operosidade, a disposição para o trabalho. É fato notório que os discursos de Vargas, auxiliados pelos meios de propaganda oficial, buscaram instaurar uma espécie de culto ao trabalho entre a população. No caso em pauta, a estratégia para alcançar esse objetivo era apelar para o trabalho como condição para superar as adversidades impostas por certos ambientes e, consequentemente, como meio de atingir maior progresso socioeconômico.

Tudo isso serve para colocar em evidência as funções ideológicas desempenhadas pelas visões deterministas da relação sociedade/natureza inseridas nos discursos dos pensadores autoritários brasileiros, sobretudo durante a ditadura Vargas, quando essa matriz de pensamento, conquanto muito heterogênea, assume a condição

<sup>60</sup> SÃO PAULO: CINEMATECA BRASILEIRA, Fâme 096, 1941; PINTO, L. Perspectivas das secas do nordeste. *Cultura Política*, ano 4, n. 41, p. 52-58, 1944.

<sup>61</sup> VARGAS, op. cit., v. 3, p. 187.

de principal eixo norteador da política cultural do Estado. Mas seria simplório enxergar a questão unicamente sob este ponto de vista, já que o determinismo (biológico e ambiental) desempenhava também uma função cognoscível nesse contexto discursivo.

Para entender essa última afirmação, é preciso lembrar que, em sua perspicaz análise sobre a questão das teorias raciológicas no Brasil, do período que vai do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o antropólogo Renato Ortiz sustenta que o determinismo biológico não servia apenas como ideologia para redimir o passado escravista do país ou justificar a permanência dos negros recém-libertos em situação de pobreza. Esse autor pondera que, na verdade:

Só é possível conceber um Estado nacional pensando-se os problemas nacionais. No entanto, se a Abolição significa o reconhecimento da falência de um determinado tipo de economia, ela não coincide ainda com a implantação real do trabalho livre, ou sequer apaga a tradição escravocrata da sociedade brasileira. Por outro lado, a nação vive o problema da imigração estrangeira, forma através da qual se procura resolver a questão da formação de uma economia capitalista. A questão da raça é a linguagem através da qual se apresenta a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido, as teorias “importadas” têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade.<sup>62</sup>

O determinismo biológico tornou-se hegemônico nesse período, marcando profundamente o pensamento político autoritário brasileiro. Nas obras de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, as teorias raciológicas explicam, em grande parte, o atraso brasileiro no quadro do mundo ocidental. Em Cassiano Ricardo já não se nota uma visão inferiorizante em relação aos negros, índios ou mestiços; pelo contrário, há um forte elogio da mistura em sua obra, que se constrói, paradoxalmente, a partir de idéias racistas, na medida em que ele tenta explicar a superioridade do mestiço, ou sua função de comando dentro de uma suposta hierarquia das cores, através de postulados

<sup>62</sup> ORTIZ, op. cit., p. 30.

deterministas, mantendo-se assim no mesmo solo epistemológico daqueles autores.<sup>65</sup>

De modo análogo ao que ocorreu com as teorias raciológicas, verifica-se que o determinismo ambiental também funcionou como paradigma capaz de fornecer subsídios para a compreensão de várias transformações atinentes ao processo de Revolução Burguesa a que se assistiu no Brasil nas décadas posteriores a 1930. Conforme se desprende da análise de Sônia Miriam Draibe, esse processo envolveu uma série de questões, isto é, de alternativas de organização social que implicavam alterações sensíveis nas estruturas sócio-econômicas e políticas do país e também no que diz respeito à relação entre sociedade e espaço.<sup>66</sup> Essas questões podiam então ser interpretadas a partir do estudo da relação homem/natureza, ou mesmo da relação espaço/sociedade, demonstrado nos vários aspectos do pensamento político autoritário brasileiro analisados neste estudo, tal como segue:

- Quando Azevedo Armaral postulava a necessidade de um neocapitalismo científico, baseado na urbanização e na grande indústria, como meio para explorar racionalmente os recursos naturais do país, procurava legitimar a necessidade de "resolver" as questões postas pela Revolução Burguesa brasileira através da aceleração desse processo, usando para isso uma análise baseada no triângulo biologia-técnica-mídia;
- No outro extremo, quando Oliveira Vianna situava o caráter nacional no homem do campo, valendo-se de estudos mesiológicos para estabelecer a existência dos tipos rurais do país, estava simplesmente apontando uma alternativa

<sup>65</sup> Ricardo discute as relações entre o bandeirantismo e as raças e chega à conclusão de que esse movimento não teria ocorrido se não fosse a contribuição específica da psicologia própria de cada elemento racial e as funções por ela assumidas dentro da organização expedição. Assim, as funções de comando seriam exercidas pelos brancos ou mambelucos; o "impeto para as travessias continentais" seria uma característica própria do elemento indígena, dado seu nomadismo; por fim, os trabalhos pesados de mineração e de plantio seriam executados pelos negros considerados pelo autor sedentários por natureza. Esta seria uma "elitização, embora rudimentar, divisão do trabalho, segundo a aparição de cada um dos stocks raciais". LEITE, C. R. *Vagam no tempo e no espaço (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. (Documentos Brasileiros, 145), p. 97.

<sup>66</sup> DRAIBE, S. M. *Ruínas e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1890-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Sobre as possibilidades de utilização das teses dessa autora para o entendimento das transformações ocorridas na formação territorial brasileira no período posterior a 1930, ver: DRAIZ FILHO, op. cit.

conservadora para a questão da industrialização, na qual o Brasil seguiria sendo um país primordialmente agrícola, como resultado das influências do meio sobre a psicologia e a formação cultural de seu povo;

- A tese defendida por Oliveira Vianna de que a dispersividade do *meio americano* teria fatalmente levado o Brasil ao separatismo, caso tivessem prevalecido no país os princípios democráticos e federalistas da doutrina liberal, constitui também uma forma de tentar "resolver" a questão institucional através da construção de um Estado fortemente intervencionista e centralizado. Apenas um Estado com esse perfil seria capaz de reprimir as tendências separatistas e implementar as políticas de transporte e de povoamento necessárias para anular em definitivo as *forças centrífugas* derivadas da imensidão territorial do país;
- Ao estabelecer a existência de *dois Brasis* como momento inerente ao avanço da fronteira econômica em países de passado colonial, Getúlio Vargas estava somente refletindo sobre a heterogeneidade estrutural do capitalismo brasileiro – característica básica de sua natureza "tardia" – a partir de uma dada leitura das relações entre sociedade e espaço;
- Por fim, quando Cassiano Ricardo estabelecia a impossibilidade da luta de classes no país, em virtude das dimensões do território nacional, estava propondo uma forma de "resolver" a questão social a partir do instrumental teórico fomentado por Ratzel, com suas teorias sobre o espaço vital ou a *fome de território* do Estado;

Em suma, se o determinismo biológico permitia pensar as dificuldades do país para consolidar certos elementos de sua Revolução Burguesa, tais como a formação do mercado de trabalho livre e a endogeneização dos mecanismos de reprodução da mão-de-obra,<sup>67</sup> o determinismo ambiental oferecia uma linguagem capaz de expressar os impasses postos por outras questões (enquanto alternativas de

<sup>67</sup> É apenas por volta de 1930 que o mercado de trabalho nacional se territorializou, isto é, que a "reprodução ampliada da força de trabalho" passou a se dar sem a necessidade de recorrer ao estrangeiro (África, durante o período escravista, e Europa, com as imigrações do final do século XIX e início do XX). ALENCASTRO, L. F. de. A pre-revolução de 30. *Nova Crítica*, n. 18, p. 17-21, set. 1987, p. 17.

organização social) atinentes a esse mesmo processo: a industrialização, a persistência da concentração fundiária, a necessidade de redefinir a soberania do Estado sobre o território e seus recursos etc.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA E AS CONCEPÇÕES SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE/ESPAÇO

Ao cabo desta exposição, parece ter ficado bem clara a importância que o determinismo ambiental desempenhou nos marcos da inflexão cultural ocorrida no Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, quando surgiu e se desenvolveu um pensamento político autoritário que atingiu o auge de sua influência durante a ditadura do Estado Novo. Essa importância pode ser aferida especialmente pelas funções ideológicas desempenhadas por teses deterministas nos discursos que procuravam estabelecer a existência objetiva de um caráter e de uma *realidade nacional* construídas ao longo da história do país e às quais o Estado precisaria se adaptar para garantir a realização de um suposto destino da nação. E vale lembrar que a influência ideológica do determinismo ambiental não se circunscria ao meio acadêmico, aparecendo recorrentemente no material de propaganda veiculado pela ditadura do Estado Novo e nos discursos políticos de Vargas.

Desse modo, a dimensão continental do território aparecia como um dos fundamentos do mito da *bondade essencial* do brasileiro, na medida em que eliminaria a necessidade de guerras de conquista e de lutas de classes. E, devido à sua forte vinculação com os postulados positivistas de objetividade e neutralidade política, o determinismo mostrava-se ideologicamente bastante eficaz, na medida em que permitia revestir os discursos nacionalistas de um pretenso conteúdo científico, por mais deformadoras que fossem as interpretações da história nacional difundidas por esses discursos.

Contudo, o determinismo ambiental raramente aparece sob formas extremadas em tais discursos, pois a norma era sua relativização através do recurso às teses da escola possibilista francesa e/ou de um sincretismo com outras formas de pensamento determinista, sobretudo as teorias racistas. Sendo assim, a larga influência ideológica do determinismo ambiental à época não pode ser creditada apenas à sua utilização por intelectuais interessados em apresentar determinados projetos políticos como se fossem produtos da aplicação prática de teorias científicas inquestionáveis, visto que todas as demais formas de

pensamento determinista poderiam cumprir (e de fato cumpriram) a mesma função.

Na verdade, o sucesso das teses relativas ao determinismo ambiental entre os intelectuais da época está relacionado também ao caráter problemático da chamada *identidade nacional brasileira*, como já foi ressaltado por vários intelectuais. Um autor que alerta para essa questão, Darcy Ribeiro, indica o Brasil como exemplo de "Povos Novos", isto é, de povos resultantes de processos de "conjunção, deculturação e caldeamento de matrizes étnicas muito dispares, como a indígena, a africana e a europeia", representando assim nações desprovidas de "tradições culturais". Por seu turno, Maryse Meyer destaca que a questão da identidade brasileira sempre foi problemática, aparecendo recorrentemente em períodos de ruptura política e transformação da base econômica. A historiadora Lúcia Lippi de Oliveira destaca que o desconforto das élites brasileiras em relação ao seu passado (que traz os estigmas do escravismo e da dependência em relação às benesses do Estado) favorece a construção de certas imagens de nação referenciadas à natureza local, e não à história do país. Sendo difícil constituir um discurso sobre a identidade nacional assentado unicamente em aspectos culturais e históricos, portanto, as várias formas de identidade pelo espaço – expressas na idéia de conquista territorial, no regionalismo ou na análise da relação homem/natureza – procuram suprir essa lacuna, veiculando interesses e almejando formar uma base consensual para diferentes projetos políticos, conforme conclui Antonio Carlos Robert Moraes.<sup>11</sup>

Embora este estudo confirme plenamente a vinculação entre as representações sobre o espaço e os discursos nacionalistas, é preciso destacar que há uma segunda explicação tão importante quanto essa para a larga influência que as teses deterministas desempenharam na formação do pensamento autoritário brasileiro da época. Trata-se de dizer que não é possível explicar essa influência sem considerar, também, a função cognoscível desempenhada pelo determinismo ambiental (e os discursos sobre o espaço, de forma mais ampla) relativamente ao desafio de pensar os problemas nacionais num momento crucial da história brasileira. As teorias deterministas ofereceram uma linguagem que permitiu pensar as formas possíveis de equacionar as questões (ou

<sup>11</sup> RIBEIRO, D. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1; MEYER, M. A descoberta do Brasil: a eterna reforma. Cadernos CERU, n. 13, 1980; OLIVEIRA, L. L. de. Modernidade e questão nacional. *Lua Nova*, n. 25, p. 41-68, 1990; MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

alternativas de organização social) colocadas pelo processo de Revolução Burguesa, especialmente a questão da industrialização; a questão agrária, a questão institucional e a questão social.

Neste ponto, é essencial ressaltar que essa interpretação sobre o papel cognoscível desempenhado pelo determinismo ambiental (assim como pelo biológico) nos marcos do pensamento autoritário brasileiro não deve ser confundida com alguma visão economicista das relações entre economia, política e cultura, tal como nas teses celebrizadas pelo marxismo vulgar. Os autores para quem a economia constitui uma *infra-estrutura* que determina a superestrutura política e ideológica, embora utilizando uma terminologia criada pelo próprio Karl Marx, nada mais fazem do que reduzir o marxismo a uma análise fatalista extremamente simplificadora, na medida em que entronizam o fator econômico como principal instância explicativa da sociedade. Tais autores, bastante comuns nas ciências sociais, e também na chamada *Geografia Crítica*, esmeram-se em denunciar o caráter misticador dos determinismos biológico e ambiental, mas apenas para substituí-los por um determinismo econômico igualmente misticador.

Portanto, afirmar que o determinismo ambiental funcionou como ferramenta de conhecimento para a análise das questões postas pela Revolução Burguesa não significa de modo algum dizer que a consolidação plena do capitalismo brasileiro impôs o desenvolvimento dessa forma de discurso para legitimar-se e avançar. Os desdobramentos do processo de revolução burguesa abrangem um amplo conjunto de transformações sociais em permanente modificação, e por isso seus conteúdos, sempre em expansão, colocam às forças políticas do momento diferentes alternativas para a "solução" dessas questões. Muito mais do que uma simultaneidade de transformações impostas pelo desenvolvimento econômico, o que se tem aqui é um todo orgânico e complexo de problemas, cuja forma de enfrentamento não pode ser vista de antemão.

A articulação deste conjunto de questões, as formas de hierarquizá-las, assim como o modo de resolvê-las, não se fazem segundo modelos únicos, conforme soluções impostas inexoravelmente por alguma determinação objetiva. Não apenas comportam, cada uma, formas distintas de encaminhamento, como a sua articulação orgânica, isto é, o conjunto de "soluções" que podem receber, conformam alternativas diversas no processo de constituição do capitalismo.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> DRAIBE, op. cit., p. 17.

Conclui-se portanto que a forma como são enfrentadas aquelas questões se define na esfera das lutas políticas, de maneira que a larga influência do determinismo ambiental pode ser compreendida enquanto parte da história cultural e política de um país de passado colonial, marcado pelo predomínio das ideologias autoritárias e pela violência do escravismo e da conquista territorial.

Isso se torna particularmente claro no período do Estado Novo, quando o pensamento autoritário brasileiro atinge o ápice de sua influência. Sob esse regime, as próprias características da formação territorial brasileira favoreceram o exercício de pensar um projeto nacional a partir de discursos sobre o espaço. As discontinuidades econômicas e demográficas do território contrastavam com o sonho do Estado Novo de construir uma nação unida e rica, por isso a forma como as concepções de país produzidas e veiculadas pela propaganda oficial apontavam a necessidade de medidas voltadas para a correção desses problemas, tais como as políticas de colonização, saneamento, transportes, e outras. Simultaneamente, a dimensão continental do país e a existência de amplo fundo territorial ainda não aproveitado permitiram colocar a ocupação planejada do espaço como corolário de um projeto de reestruturação da própria sociedade, o qual deveria emprestar-lhe uniformidade sócio-econômica, étnica e cultural. Assim, ao negar a ideia de determinismo unicausal, enfatizando a capacidade humana de agir sobre o espaço, os pensadores autoritários ligados ao regime podiam relativizar a negatividade do meio em algumas regiões específicas e afirmar seu poder de criar uma nova organização territorial e uma nova sociedade. É nesse contexto que podemos entender o conteúdo destas palavras de Getúlio Vargas:

A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos, a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos pautado pela energia criadora dos homens. E a nossa "Marcha para Oeste" significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino.<sup>13</sup>

O destino nacional se realizaria no jogo entre as grandes potencialidades do território e a capacidade construtiva da sociedade. O Estado constitui o elemento mediador entre esses dois termos, pois é ele quem organiza a sociedade e a adapta ao seu território, no intuito de ocupá-lo plenamente. Mais uma vez, a inspiração do determinismo ambiental se funde ao ethos autoritário da sociedade brasileira, marcando

<sup>13</sup> VARGAS, op. cit., v. 10, p. 271.

profundamente os discursos políticos: a relação sociedade/espacô aparece como condicionante principal do progresso, enquanto o Estado assume a condição de verdadeiro sujeito da história.

#### REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. A pré-revolução de 30. *Novos Estudos*, n. 18, p. 17-21, set. 1987.
- AMARAL, A. J. A. *Ensaios brasileiros*. Rio de Janeiro: Ormêa & Barreto, 1930.
- AMARAL, A. J. A. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. 2. ed. Brasília: UNB, 1981. (Pensamento Político Republicano, 11).
- CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CAVALHEIRO, E. (Org.). *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1944.
- CORREIA, A. As regiões naturais e sua influência na vida social. *Cultura Política*, ano I, n. 10, p. 37-45, dez. 1941.
- DINIZ FILHO, L. L. *Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia da FFLCH-USP.
- DRAIBE, S. M. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREITAS, B. A geografia humana do Brasil. *Cultura Política*, ano 2, n. 16, p. 13-18, jun. 1942.
- FREITAS, B. Os personagens-típos brasileiros. *Cultura Política*, ano 2, n. 18, p. 27-29, ago. 1942.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. (Documentos Brasileiros, 1).
- LAMOUNIER, B. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma interpretação. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. t. 3, v. 2.
- LEITE, C. R. *Marcha para oeste. A influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. (Documentos Brasileiros, 25).

\_\_\_\_\_. *Marcha para oeste. A influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959 (Documentos Brasileiros, 25).

\_\_\_\_\_. *Viagem no tempo e no espaço (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 (Documentos Brasileiros, 145).

LENCIORI, S. Região e Geografia: uma introdução ao estudo da noção de região. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

MEDEIROS, J. *Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MENEZES, D. O processo de aculturação nas áreas da caatinga. *Cultura Política*, ano 1, n. 1, p. 11-24, mar. 1941.

MEYER, M. A desobediência do Brasil: o eterno rétorno. *Cadernos CERJU*, n. 13, 1980.

MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MORAES, A. C. R. A antropogeografia de Ratzel. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990 (Grandes Cientistas Sociais, 59).

\_\_\_\_\_. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, B. O homem e a paisagem brasileira. *Cultura Política*, ano 4, n. 45, p. 25-30, jan. 1944.

OLIVEIRA, L. L. Introdução. In: GOMES, A. M. C.; OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, L. L. Modernidade e questão nacional. *Lua Nova*, n. 20, p. 41-68, 1990.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PINTO, L. Perspectivas das secas do nordeste. *Cultura Política*, ano 4, n. 41, p. 52-58, 1944.

RIBEIRO, D. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ROLLEMBERG, L. D. A unidade econômica do Brasil e a fixação da política do zoneamento. *Cultura Política*, ano 4, n. 43, p. 63-71, 1944.

SÃO PAULO. CINEMATECA BRASILEIRA. Filme 043, 1940.

SÃO PAULO. CINEMATECA BRASILEIRA. Filme 050, s.d.

SÃO PAULO. CINEMATECA BRASILEIRA. Filme 096, 1941.

- SÃO PAULO: CINEMATECA BRASILEIRA, Filme 262, 1944.
- SÃO PAULO: CINEMATECA BRASILEIRA, Filme 420, 1940.
- SODRÉ, V. W. Fronteira móvel. *Cultura Política*, ano 2, n. 18, p. 93-102, ago. 1942.
- VARGAS, G. Os saldos ouro e o problema siderúrgico. Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governador do estado, 23 nov. 1931. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 1.
- \_\_\_\_\_. A cultura e a máquina. Discurso pronunciado na Universidade de Porto Alegre, 13 nov. 1940. In: GUASTINI, R. (Org.), *Idéario Político de Getúlio Vargas*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1943.
- \_\_\_\_\_. A instrução moral, cívica e agrícola. Discurso pronunciado na Bahia, 18 ago. 1933. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 2.
- \_\_\_\_\_. A língua vínculo das relações luso-brasileiras. Discurso pronunciado no gabinete português de leitura, 16 jun. 1934. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 3.
- \_\_\_\_\_. Entrevista à Associated Press, 14 out. 1940. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 8.
- \_\_\_\_\_. Entrevistas à imprensa, 19 fev. e 22 abr. 1938. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 5.
- \_\_\_\_\_. No Limiar do Ano de 1938. Saudação pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país à meia noite de 31 dez. 1937. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 5.
- \_\_\_\_\_. O primeiro ano do Governo Provisional. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 1.
- \_\_\_\_\_. Os três problemas fundamentais do Brasil: Do manifesto à nação, jun. 1934. In: GUASTINI, R. (Org.), *Idéario Político de Getúlio Vargas*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1943.
- \_\_\_\_\_. Volta Redonda e a capacidade constitutiva dos brasileiros. Discurso pronunciado em Volta Redonda, 7 maio 1943. In: \_\_\_\_\_, *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [19-], v. 10.
- VELLOSO, M. P. Cultura e poder político: Uma configuração do campo intelectual. In: GOMES, A. M. C.; OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VELLOSO, M. P. *A brasiliade verde-amarela: Nacionalismo e regionalismo paulista*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

- VERÍSSIMO, I. J. Lutar ou desaparecer? *Cultura Política*, ano 4, n. 39, p. 193-197, 1944.
- VIANNA, F. J. O. Comunismo, nacionalismo e constituição. *Correio da Manhã*, 14/12/1935.
- VIANNA, F. J. O. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933 (Brasiliana, 10).
- \_\_\_\_\_. *O idealismo na evolução política do Império e da República*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922 (Biblioteca d'O Estado de São Paulo, 1).
- \_\_\_\_\_. *Pequenos estudos de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1923.
- \_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil: História-organização-psicologia*. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933 (Brasiliana, 8).
- \_\_\_\_\_. *Problemas de organização e problemas de direção: O povo e o governo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- VIEIRA, E. A. Oliveira Viana e o *Estado Corporativo*: Um estudo sobre o corporativismo e autoritarismo. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- WIRTH, J. D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.